

**PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ITALIANAS E BRASILEIRAS: PENSATA
SOBRE ELEMENTOS DO CENÁRIO, E REFLETINDO SOBRE NOVAS
PERSPECTIVAS**

**SMALL AND MEDIUM ITALIAN AND BRAZILIAN COMPANIES: THOUGHT
ABOUT ELEMENTS OF THE SCENERY, AND REFLECTING ON NEW
PERSPECTIVES**

**PICCOLE E MEDIE AZIENDE ITALIANE E BRASILIANE: PENSARE AGLI
SCENARI POSSIBILI E RIFLETTERE SULLE NUOVE PROSPETTIVE**

**PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS ITALIANAS Y BRASILEÑAS:
PENSAMIENTO SOBRE LOS ELEMENTOS DEL PAISAJE Y REFLEXIÓN SOBRE
NUEVAS PERSPECTIVAS**

Domingos Antônio Giroletti
Pós Doutorado em Relações Internacionais pela The London School of Economics and Political Science.
Professor Titular do MPA/ Fundação Pedro Leopoldo
domingosgiroletti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3499-6171>

Editor Científico: José Edson Lara
Organização Comitê Científico
Double Blind Review pelo SEER/OJS
Recebido em 11.05.2020
Aprovado em 04.11.2020



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição – Não Comercial 3.0 Brasil

Resumo

Gênese do trabalho: Esta pensata resulta de pesquisa teórica e de campo realizadas pelo autor, sobre questões pertinentes às pequenas e médias empresas italianas e brasileiras, notadamente no setor vitivinicultor da Itália.

Fundamentação teórica: A pensata se apoia e se justifica nas contribuições literárias sobre a gestão de pequenas e médias empresas. Entretanto adensa na temática da cultura italiana, comparando-a com aspectos da cultura e política brasileiras.

Metodologia e procedimentos: Foram realizadas pesquisas de campo em empresas do setor vitivinicultor da Itália, obtendo descrições dos participantes do V Foro PYMES, sobre a cultura e os processos de produção e consumo do vinho.

Resultados: Realizou-se uma avaliação descritiva do desempenho das PMES italianas em comparação com as brasileiras, com base nos dados levantados de visita guiada e no exame da literatura pertinente. Constatou-se que alguns fatores, como o mercado, o regime político, a atuação da universidade e outros, são fundamentais para explicar a diferença de desempenho entre as PMEs italianas e brasileiras e de suas economias.

Contribuições ao avanço do conhecimento: apresenta elementos analíticos e críticos a serem relevados em estudos e pesquisas empíricas de profundidade no futuro.

Contribuições corporativas: este estudo proporciona aos executivos novos matizes para se estudar cenários e estratégias de negócios com potencial competitivo.

Palavras-chave: Made in Italy; PMEs; Itália e Brasil; Vinho; Desenvolvimento Industrial

Abstract

Genesis of the work: This thought results from theoretical and field research carried out by the author, on issues pertinent to Italian and Brazilian small and medium-sized companies, notably in the wine-growing sector in Italy.

Theoretical basis: The thought is supported and justified by the literary contributions on the management of small and medium-sized companies. However, it is thick in the theme of Italian culture, comparing with aspects of Brazilian culture and politics.

Methodology and procedures: Field research was carried out in companies in the wine sector in Italy, obtaining descriptions from the participants of the V Foro PYMES, about the culture and processes of wine production and consumption.

Results: A descriptive assessment of the performance of Italian SMEs compared to Brazilian ones was carried out, based on the data collected from the guided tour and the examination of the relevant literature. It was found that some factors, such as the market, the political regime, the performance of the university and others, are fundamental to explain the difference in performance between Italian and Brazilian SMEs and their economies.

Contributions to the advancement of knowledge: presents analytical and critical elements to be highlighted in in-depth empirical studies and research in the future.

Corporate contributions: this study provides executives with new nuances to study business scenarios and strategies with competitive potential.

Keywords: Made in Italy; SMEs; Italy and Brazil; Wine; Industrial Development

Abstract

Genesi del lavoro: Questa riflessione è il risultato di una ricerca teorica e sul campo svolta dall'autore, su tematiche attinenti alle piccole e medie imprese italiane e brasiliane, in particolare del settore vitivinicolo in Italia.

Base teorica: La riflessione è supportata e giustificata dai contributi letterari sulla gestione delle piccole e medie imprese. Tuttavia, è spesso incentrata sul tema della cultura italiana, confrontata con aspetti della cultura e della politica brasiliana.

Metodologia e procedure: La ricerca sul campo è stata condotta in aziende del settore vitivinicolo in Italia, raccogliendo riscontri dai partecipanti del V Foro PYMES, sulla cultura e sui processi di produzione e consumo del vino.

Risultati: È stata effettuata una valutazione descrittiva sulla performance delle PMI italiane rispetto a quelle brasiliane, sulla base dei dati raccolti dalla visita guidata e dall'esame della letteratura pertinente. Si è riscontrato che alcuni fattori, come il mercato, il coinvolgimento della politica, il contributo dell'università e altri, sono fondamentali per comprendere le differenti performance tra le PMI italiane e brasiliane e le rispettive economie.

Contributi allo sviluppo della conoscenza: Presenta elementi analitici e critici da evidenziare in un prossimo futuro con approfonditi studi empirici e ricerche.

Contributi aziendali: Questo studio fornisce ai dirigenti nuove prospettive per studiare scenari di business e strategie con potenziale competitivo.

Parole chiave: Made in Italy; PMI; Italia e Brasile; Vino; Sviluppo industriale

Resumen

Génesis del trabajo: Esta pensata es el resultado de una investigación teórica y de campo realizada por el autor, sobre cuestiones pertinentes a las pequeñas y medianas empresas italianas y brasileñas, especialmente en el sector vitivinícola en Italia.

Base teórica: El se sustenta y justifica por las aportaciones literarias sobre la gestión de pequeñas y medianas empresas. Sin embargo, es denso en el tema de la cultura italiana, en comparación con aspectos de la cultura y la política brasileñas.

Metodología y procedimientos: Se realizó una investigación de campo en empresas del sector vitivinícola en Italia, obteniendo descripciones de los participantes del V Foro PYMES, sobre la cultura y procesos de producción y consumo del vino.

Resultados: Se realizó una evaluación descriptiva del desempeño de las pymes italianas en comparación con las brasileñas, a partir de los datos recopilados de la visita guiada y el examen de la literatura relevante. Se encontró que algunos factores, como el mercado, el régimen político, el desempeño de la universidad y otros, son fundamentales para explicar la diferencia de desempeño entre las pymes italianas y brasileñas y sus economías.

Contribuciones al avance del conocimiento: presenta elementos analíticos y críticos para ser destacados en estudios e investigaciones empíricos en profundidad en el futuro.

Contribuciones corporativas: este estudio proporciona a los ejecutivos nuevos matices para estudiar escenarios y estrategias de negocios con potencial competitivo.

Palabras llave: Made in Italy; PYMES; Italia y Brasil; Vino; Desarrollo Industrial

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do segundo Programa de Visiting Professor (VP) na Universidade de Pádova, realizado de outubro a janeiro de 2020. Na UNIPD, vinculei-me ao grupo de pesquisa, 'Mobility and the Humanities'. Minhas leituras e participação nos seminários foram fundamentais para realizar um “aggiornamento” importante nessa problemática diretamente relacionada ao tema do desenvolvimento que é o objeto principal de meus trabalhos acadêmicos. Simultaneamente, participei do Seminário Internacional - V FORO PYMES - promovido pela Organizzazione Internazionale Italo-latino Americana (IILA), UNIPD e Câmara do Comércio de Padova. Além dos debates sobre pequenas e médias empresas e programas de cooperação entre Itália e América Latina, tive a oportunidade de visitar quatro instituições italianas, uma Escola Técnica e três PMEs. A realização das pesquisas teóricas e a de campo deram-me as bases para a elaboração deste trabalho.

Finda esta breve contextualização, vamos explicitar a metodologia, as fontes de pesquisa e a estrutura do nosso artigo. Os dados usados são os levantados durante a nossa pesquisa de campo nas quatro instituições visitadas. A menção à instituição acadêmica é fundamental para que se entenda a integração proativa entre instituições de ensino, produtores

agrícolas e indústria para o bom desempenho do desenvolvimento italiano. A nossa segunda fonte de dados advém das apresentações dos dirigentes, gerentes, técnicos das instituições visitadas e da leitura de seus prospectos informativos e de seus sites institucionais. A terceira fonte provém dos debates e das entrevistas realizadas com os organizadores, pesquisadores e empresários participantes realizados ao longo do V Foro PYMES e do VP. Como quarta, usam-se os dados provenientes da pesquisa das fontes especializadas sobre o tema com referência à Itália e ao Brasil. Com base nesse conjunto de dados vamos descrever as características das PMES italianas, usando-os como base comparativa para caracterizar a organização e atuação das PMEs brasileiras e avaliar seus diferentes desempenhos.

Além dessa introdução, este artigo está dividido em mais três partes. Na segunda, serão descritas as PMEs italianas visitadas, dando-se ênfase às características institucionais observadas in loco: organização interna, tecnologia, capital, processo produtivo, número de funcionários, qualificação dos dirigentes, mercado, qualidade dos produtos e sua ligação com instituições universitárias de ensino e de pesquisa, inovação, valorização da pequena propriedade agrícola e diversidade produtiva entre outras. Na terceira parte, far-se-á um contraponto com as características das PMES brasileiras, tendo por base a realidade observada na nossa visita técnica, tendo por base os indicadores mencionados. Nessa análise, serão agregados outros dados sobre as PMEs italianas e brasileiras provenientes de pesquisas da literatura pertinente sobre o tema. Por fim, nas considerações finais analisa-se em que medida o mercado, o sistema político e a atuação da universidade podem explicar o desempenho diferenciado das PMEs italianas e brasileiras e das duas economias. E, como encerramento, procura-se examinar de forma comparativa as diferentes chances dos dois países de superar o impacto negativo do Covid-19 com base nos seus recursos diferenciados atuais.

2. AS PMES ITALIANAS

No primeiro dia de realização do V Foro do PYMES foram realizadas seis visitas guiadas pelos participantes. Optei pelo segundo grupo que visitou a região produtora de vinhos de excelência, situada nas colinas de Conegliano e Valdobbiadene, Província de Treviso. Nessa região do Vêneto, são 8.446 hectares de vinhedos distribuídos em 15 municípios. Os dois municípios mencionados são famosos pela produção de um dos melhores

PROSECCOS italianos. Essa região foi declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO em 2019 pela beleza natural de sua paisagem. Foram quatro as instituições visitadas: uma escola de Enologia e Viticultura, o Instituto Giovanni Batista Cerletti, e três empresas: Bepin de Eto, Cantina Produttori de Valdobbiadene e Distilleria Castagner.

O *Instituto Cerletti*, a primeira escola técnica de Viticultura e Enologia, foi fundada na Itália em 1876 no município de Conegliano. Assistimos as explicações sobre sua fundação, desenvolvimento e sua vinculação, desde sua origem, com viticultores, empresas vinícolas e poderes municipais em prol do desenvolvimento local e regional. Em seguida, visitamos o Museu Luigi Manzoni que funciona no mesmo prédio da reitoria. O Professor Manzoni foi um dos grandes pesquisadores do Instituto e responsável pela produção de novas espécies de uvas a partir do aprimoramento genético de vinhas existentes na Itália e na Europa. Essas pesquisas, realizadas a partir de 1925 na fazenda experimental do Instituto, permitiram o desenvolvimento de novas castas e sua posterior distribuição aos produtores locais, possibilitando o aprimoramento da produção das parreiras e da qualidade do vinho produzido na região.

Essa associação entre tradição secular de cultivo da uva com novas pesquisas de melhoramento genético de novas castas feitas pelas instituições universitárias e com o aprimoramento na produção de vinhos pelas vinícolas locais são fatores, entre outros, que explicam a transformação da Itália no maior produtor de vinhos no mundo e no grande exportador do produto, reconhecido internacionalmente (Corò, 2004:582 e CGIA, 2019). Hoje, o Campus Cerletti associou-se à UNIPD e oferecem, em parceria, uma formação ampla que vai do ensino técnico, à graduação, mestrado, doutorado e à realização de pesquisas avançadas nesse campo do conhecimento.

Outro aspecto relevante do sucesso do segmento vinícola foi a qualificação técnica de pessoas especializadas em enologia e viticultura proporcionada pelo Instituto. A realização de pesquisas avançadas nas duas áreas, a transferência dessas novas tecnologias aos pequenos produtores no sentido do melhoramento do cultivo das vinhas e o aumento da sua produção e qualidade são fatores fundamentais à viabilização econômica da pequena propriedade agrícola familiar, garantindo um bom nível de vida no campo, igual ou superior ao existente nas cidades. A qualificação profissional e as novas tecnologias desenvolvidas pela Escola foram responsáveis pela melhoria da qualidade do vinho produzido pelas vinícolas locais. Este suporte técnico e profissional tem contribuído para responder, adequadamente, aos desafios

dos mercados interno, europeu e internacional, cada vez mais exigentes, sofisticados e competitivos. Desta forma, fecha-se o circuito do “desenvolvimento territorial” bem sucedido que combina a ação conjunta de instituição de ensino e pesquisa, com produtores rurais familiares e pequenas e médias empresas vinícolas no sentido da promoção do desenvolvimento regional e da melhoria do seu desempenho no mercado local e internacional.

A segunda visita foi feita à vinícola, *Bepin de Eto*, uma pequena empresa familiar que opera com apenas seis funcionários permanentes. As proprietárias são três senhoras que gerenciam a cantina com seus maridos e familiares. Fomos recebidos pela Diretora Geral, formada em Enologia pelo Instituto Cerletti. A vinícola produz cinco diferentes espumantes e 11 tipos de vinhos brancos e tintos com uvas provenientes de vinhedos de duas quintas de sua propriedade. A maior situa-se no local, sede da empresa, e a outra, no sul da Itália, mas todo o vinho é produzido e comercializado em San Pietro di Feletto. As uvas cultivadas são de várias espécies e, sendo de parreirais próprios, podem ser colhidas no melhor momento de maturação, garantindo a produção de vinhos de melhor qualidade.

Como se processa a produção? Seus vinhedos são plantados em linha reta e a produção da uva tem o formato vertical. Há uma boa distância entre uma fileira e outra para permitir que a colheita das uvas seja realizada por máquinas. A poda é terceirizada, feita por um grupo de profissionais locais já conhecidos dos empresários. Os galhos, depois de cortados, são recolhidos e eliminados para evitar futuras infestações destrutivas das parreiras em produção.

Como se dá a produção de vinho? Toda a produção é automatizada e funciona como uma indústria de processo contínuo. Tudo é feita por máquinas com pequena intervenção humana. Depois da moagem da uva, o mosto é separado do bagaço e enviado por encanamento para grandes contêineres de aço inoxidável para início do processo de fermentação que é feito mediante o controle da temperatura para garantir um vinho de qualidade. Passada esta fase, o vinho é transvazado por encanamento para a seção de maturação e envelhecimento. Na final, o vinho, pronto para o consumo, vai por tubulação ao engarrafamento. Todo o processo é automatizado e o produto sai de lá engarrafado, rotulado e dentro de caixas pronto para comercialização e degustação. Quanto ao mercado, uma pequena parte do vinho e dos espumantes por ela produzidos é comercializada na Itália, mas a maior destina-se à exportação para Europa, Estados Unidos e outros países. Perguntada sobre o mercado latino-americano, a Diretora respondeu que o Brasil é o único país onde são

comercializados seus produtos por ser um mercado considerado de grande escala. Pequenos mercados externos não interessam à empresa pelo baixo volume de encomendas.

A terceira visita foi à segunda vinícola, a *Cooperativa Cantina Produttori di Valdobbiadene*, situada nesse município, especializada na produção do Prosecco de alta qualidade. O Prosecco Superior só é produzido nessa região, considerada especial pela confluência de diversos fatores geomórficos, climáticos e de composição do solo que a tornam o “terroir” singular para essa produção. É uma região montanhosa e muito bela. Por trás das moradias e dos parreirais espalhados pelas suas colinas, divisam-se no horizonte as montanhas pré-alpinas e, mais ao fundo, a cordilheira dos Alpes. Apesar de sua beleza que a tornou patrimônio da humanidade pela UNESCO, o relevo montanhoso da região é um fator a dificultar o cultivo e a colheita das uvas por limitar o uso de maquinário. A produção de uva na montanha requer 600 horas de trabalho por hectare por ano, enquanto na planície não passa de 150 horas em média porque grande parte do trabalho e a colheita podem ser feitas com máquinas.

Quanto à organização da produção, predominam as pequenas propriedades e o cultivo é estritamente familiar. Grande parte do trabalho agrícola nessa região é manual. Para a colheita, que é feita a partir da segunda quinzena de agosto ao final setembro, são contratados trabalhadores que vêm do leste europeu para fazer a vindima sob a supervisão dos seus proprietários. A poda e o cultivo das vinhas e de outros cultivares ficam a cargo dos pequenos agricultores e de seus familiares. A produção da uva na região é controlada, não podendo ultrapassar a 130 mil quilos por hectare. O número de viticultores também é limitado e vetado o ingresso de novos produtores, mantendo-se, desta forma, o controle sobre o total produzido e sobre seu preço final. A especificidade do terreno e a licença especial para o cultivo destas uvas para a produção do Prosecco Superior tornam as propriedades vinícolas da região, segundo informações dos técnicos entrevistados, as mais valorizadas da Itália.

São vários os tipos de vinhos produzidos pela Cooperativa que vão dos espumantes (“Tranquillo e Frizzante”) ao Prosecco Superior nas suas diversas variedades. Esses vinhos são fabricados com uma uva branca, a Glera, numa proporção ao redor de 85% do seu total. Os outros 15% podem provir da combinação das seguintes variedades - Glera Lunga, Verdiso, Perera, Bianqueta Trevigiana, Pinot e Chardonnay - em complemento. A produção do Prosecco é diferenciada dos demais vinhos por necessitar de duas fermentações. A primeira é feita com os açúcares e demais propriedades naturais das uvas processadas, dando origem ao primeiro

produto, o “vinho base”, como é chamado. A segunda fermentação é induzida pelo acréscimo de açúcar, leveduras e anidrido carbônico introduzido sob pressão ao “vinho-base” para torná-lo espumante. É nessa segunda fase que se formam as pequenas bolhas que, na hora do seu consumo, evoluem charmosamente na taça quando o produto é servido. A Cantina produz quatro tipos principais de Prosecco que vai do “Dry, Extra Dry, Brut e Extra Brut”, classificados por ordem ascendente de qualidade e valor. As diferenças entre eles e o valor final do produto são determinados pela menor ou maior quantidade residual de açúcar. Quanto menor, melhor será sua qualidade e maior, o seu valor.

A Cantina Produttori di Valdobbiadene é uma cooperativa. Foi fundada em 1952 por 129 sócios agricultores, outra iniciativa importante a somar-se à reconstrução econômica e social da Itália no pós-guerra. Hoje, é uma média empresa com 600 sócios, todos comprometidos com a entrega da produção à cantina. Ela diferencia-se da Bepin de Eto por vários outros aspectos: tamanho, maior quantidade de uvas processadas, tipo de produto, o Prosecco, e pelo total produzido. O sistema de produção do Prosecco é todo automatizado, feito em processo contínuo como na primeira cantina visitada e seu maquinário é bem mais moderno. A título de exemplo, merece destaque o mais novo investimento feito pela Cooperativa. Ela acabou de construir uma nova unidade, um moderníssimo sistema de engarrafamento ao custo de 20 milhões de euros, 60% desse capital proveio de investimento próprio da cooperativa e dos associados e 40% de financiamento externo. O novo sistema é composto de duas linhas de engarrafamento e cada uma delas é operada por um robô, dois ao todo, importados da Alemanha. Todo o processo de engarrafamento é completamente automatizado não necessitando supervisão. O acompanhamento é feito pela rede interna de computadores e o processo pode ser controlado de diversas salas. A intervenção dos funcionários ocorre apenas no início ou ao final do expediente ou, em caso, de paralização do processo.

Há, por fim, outra diferença importante entre a produção do Prosecco e dos demais vinhos. Além do processo, a principal diz respeito ao tempo de maturação e de colocação do produto final no mercado. A finalização do processo de fabricação dos espumantes é mais abreviada do que a maturação dos vinhos comuns. Em poucos meses após colheita, os espumantes e o Prosecco já estão prontos para serem colocados no mercado. Os demais vinhos requerem, normalmente, um tempo maior para seu envelhecimento antes de atingir seu

ponto ideal para serem consumidos. Em geral, quanto mais longo o processo de maturação, melhor sua qualidade e mais atrativo o seu preço. O retorno financeiro dos produtores, fabricantes e revendedores de espumantes e de prosecco é mais rápido e tem uma rentabilidade mais elevada do que a produção e a comercialização dos vinhos comuns: tintos, brancos e rosês. Esta é outra vantagem econômica significativa para os produtores do Prosecco. Por isto, entende-se, por um lado, a alta pressão dos moradores locais para que possam ingressar nesse cobiçado clube dos produtores de Prosecco. Compreende-se, por um lado, a racionalidade da decisão política que impede o ingresso de novos produtores, evitando a superprodução e, conseqüentemente, a queda do preço do espumante e do Prosecco no mercado nacional e internacional. Por outro, entende-se a prioridade do investimento realizado pela Cooperativa, ao construir uma nova unidade de engarrafamento hipermoderna, comandada por dois robôs ao custo de 20 milhões de euros, já que ela agiliza o processo de engarrafamento e a colocação dos produtos no mercado. Nesta lógica, quanto mais rápida a produção e quanto mais ágeis os processos de engarrafamento e de venda, melhores serão o retorno e a rentabilidade para o produtor e a Cooperativa em cada colheita.

Em seguida, deve-se fazer menção ao mercado para esses produtos. Grande parte (75%) da produção da Cooperativa é colocada no mercado interno em atendimento à grande e diversificada cadeia de distribuição interna formada por supermercados, lojas especializadas, bares e restaurantes em atendimento à demanda dos moradores com bom poder aquisitivo e dos turistas que visitam o país, atraídos pela sua excelente culinária e pela qualidade de seus produtos. Os outros 25% da produção são destinados à exportação. Entre os 25 países importadores, os três maiores mercados do Prosecco Superior e demais produtos da Cooperativa são o Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha. Reforça-se novamente a importância do mercado externo e da exportação para o sucesso dessas pequenas e médias empresas. No cômputo final, os três países maiores importadores de bebidas italianas são os Estados Unidos com 22%, Alemanha com 15,6% e Reino Unido com 12,2% (CGIA, 2019).

Por fim, deve-se reconhecer que, para a produção do Prosecco, a trilogia que garante o “desenvolvimento territorial” está novamente presente: a tradição e a dedicação dos produtores rurais, a inovação produtiva das empresas vinícolas e as pesquisas científicas avançadas desenvolvidas pelo Instituto Cerletti de Conegliano. Essa ação conjunta foi fundamental ao desenvolvimento de novas castas, ao aperfeiçoamento do cultivo dos vinhedos e ao aprimoramento dos produtos por parte das vinícolas. Nada se faz sem ensino,

tecnologia, organização e inovação. O sucesso do Prosecco Superior em âmbito mundial é fruto da ação colaborativa dessa tríplice parceria.

A última visita foi à *Distilleria Castagner*, uma média empresa produtora de grapa, outro produto importante derivado dos resíduos da uva. Localiza-se em Visnà di Vazzola, Treviso. A grapa é uma bebida tipicamente italiana. As primeiras notícias de seu consumo datam do Renascimento. O primeiro registro de sua produção está associado à fundação da *Accademia degli Acquavitai* em Veneza em 1618, uma corporação de ofício criada para ensinar a profissão a novos produtores que, depois de treinados, ganhariam licença específica e pagariam direitos para produzi-la.

A *Distilleria Castagner* é a maior destilaria de grapa no Vêneto e uma das maiores da Itália. Fomos recebidos pelo Presidente e fundador da empresa que fez um breve histórico da fundação da destilaria e nos apresentou o staff da firma que iria nos acompanhar na visita, conduzida pelo gerente geral que está sendo preparado para tornar-se o CEO da empresa e pelo gerente de produção. Iniciou pelo pátio da companhia onde a matéria-prima é armazenada. A destilaria adquire toneladas e toneladas de bagaço formado pelas cascas e sementes das uvas processadas, provenientes das vinícolas do norte e de outras regiões da Itália. Nas várias camadas das cascas concentram-se as propriedades fundamentais que, se bem exploradas, permitem produzir diversos tipos de grapa de qualidade superior. Ao receber o bagaço recém-processado, a destilaria pesa o produto, registra-o pela sua procedência, cantina e tipo de uva e já realiza as primeiras análises para identificar sua qualidade e estado de conservação. Em seguida, o resíduo é transferido dos caminhões por meio de uma máquina para imensos sacos de plásticos bem robustos para suportar seu peso e a pressão interna dos gases que sua fermentação provoca, assegurando sua qualidade até o momento de seu processamento. A grapa depende da qualidade da matéria prima e de seu adequado armazenamento, devendo o bagaço permanecer sempre úmido e fresco. Cada saco é numerado e hermeticamente fechado e possui um termômetro anexo que permite controlar sua temperatura. Se esta se elevar em demasia, abre-se a abertura existente na embalagem para eliminar o excesso dos gases nos primeiros dias de seu recebimento. Concluído o resfriamento do bagaço, a abertura é fechada e a matéria-prima fica acondicionada no pátio, aguardando seu processamento ao longo do ano.

Em seguida, fomos visar a linha de produção da grapa que é toda automatizada e de processo contínuo, semelhante àquele das duas cantinas visitadas, embora bem diferenciado. Entre seus maquinários modernos, destacam-se duas destilarias enormes em colunas de cobre, aquecidas por vapor de água. A produção da grapa assemelha-se bastante àquela da nossa cachaça que, normalmente, passa por dois processos de destilação. No caso da grapa, o bagaço entra na primeira destilaria onde é aquecido na temperatura adequada para liberar o álcool (separado da água) que passa por uma serpentina para ser resfriado como líquido. Este primeiro destilado passará por um segundo processo até tornar-se grapa na dosagem alcoólica requerida. Tipos especiais podem ainda ser produzidos por várias destilações até obter-se um elevado grau de purificação que a tornam uma bebida diferenciada.

Pela descrição geral feita pela literatura, há três tipos principais de grapa. O primeiro é a “blend”, produzida pelo processamento do bagaço formado por diversas variedades de uvas; o segundo é a “varietal”, quando é feita pelo uso de uma única casta; e o terceiro, a “invecchiata”, designa a grapa envelhecida em barris de madeiras especiais com diferentes tempos de maturação. Pela informação prestada, a Castagner produz mais de 250 tipos diferentes de grapa, sugerindo uma combinação bem diferenciada desses três tipos principais descritos, além de novas inovações realizadas todos os anos para atender um mercado sempre mais exigente. Depois da segunda destilação, a grapa passa por um processo de maturação em contêineres de aço inoxidável com temperatura controlada até estar pronta para sua comercialização. O primeiro produto a ir para o mercado é a grapa branca, a mais simples e a mais barata. É, em geral, o carro-chefe das companhias.

Os demais tipos passam por processos diferenciados de maturação e transformação. Há vários tipos de “blend” que podem originar-se da composição de diversas castas de uva. A grapa “varietal” poderá ser diferente uma da outra, dependendo das diversas espécies de uvas que compõem o bagaço a ser alambicado. Cada uma delas, se branca, rosada ou roxa – dá origem a um produto diferenciado. O mesmo pode ser dito do processamento de matéria-prima originada da fabricação de vinhos especiais, que possibilita produzir uma bebida de outra qualidade, sabor e preço. Por fim, a diferenciação, a qualidade e o valor da “invecchiata” dependem do tipo de uva que compõe o bagaço que a origina e do número de anos que grapa foi envelhecida. Entender melhor esse processo é fundamental para compreender a sua qualidade e variedade.

Na Castanher, o envelhecimento é realizado em mais de 1.700 barris feitos de duas madeiras especiais, a “ciliegio e a rovere”. Cada barril comporta 225 litros. O processo de envelhecimento tem uma escala fixa e bem definida: 3, 5, 7, 10, 12 e 20 anos. Novamente, sua qualidade e valor dependem da variedade das uvas usadas e do seu tempo de maturação. O envelhecimento é um processo rigorosamente fiscalizado e controlado pelo poder público. Não há espaços para jeitinhos. Ele é feito em salas fechadas com as portas lacradas e acesso vedado e em barris especiais com temperatura controlada. Nas suas portas, constam as informações principais, como: o tipo de grapa, data de início e de conclusão do processo e assinaturas dos responsáveis pelo controle do envelhecimento. Ao final, a liberação do produto só pode ser realizada com a presença da autoridade pública responsável e na data combinada. Em seguida, a grapa passa por um processo de filtragem antes de seu engarrafamento para ser comercializada. No respectivo rótulo constarão as características principais do produto final, se comum, especial ou os anos de envelhecimento.

O processo de produção da grapa na Castagner dura nove meses por ano com início em setembro e é feito dia e noite, sem interrupção. Nos meses de junho, julho e agosto o processo produtivo é suspenso para a manutenção dos equipamentos. O engarrafamento é todo automatizado, mas supervisionado por um funcionário que é o responsável pelo controle de qualidade, eliminando todo o litro que, por ventura, apresente alguma sujidade ou impureza. O produto final, a grapa, deve ser límpida e pura. Sua comercialização acontece durante todos os meses do ano. A produção da Distilleria Castagner, segundo foi exposto, é de 2 milhões e meio de litros por ano. Parte dessa produção é consumida na Itália, mas a maior é destinada à exportação. A empresa tem feito campanhas internas e no exterior para tornar a bebida mais conhecida e para aumentar o seu consumo. Ela pode ser consumida pura como um licor ou por meio de cocktails em composições diversas com outras bebidas.

Por fim, ao final da visita, levantamos outro tema fundamental relacionado à preservação do meio ambiente. Perguntamos aos nossos interlocutores qual era o destino dos resíduos que sobram ao final do processo de produção da grapa? A resposta foi inquestionável: “Os resíduos são reaproveitados. Das sementes é extraído um tipo específico de óleo de uso comestível ou para produção de cosméticos e as cascas são transformadas em ração animal”. Na verdade, nada se perde e tudo se transforma, seguindo a máxima de Lavoisier. E o ambiente, certamente agradece.

Concluída a análise empírica das características principais das três empresas visitadas, vamos realizar no próximo tópico um estudo comparativo entre as PMEs italianas e brasileiras com base nos diversos aspectos organizacionais observados e em outras referências descritas pela literatura especializada.

3. PMES ITALIANAS E BRASILEIRAS: ANÁLISE COMPARATIVA.

Nosso artigo irá basear-se nas principais características observadas nas três empresas italianas pesquisadas para proceder nossa análise comparativa, iniciando pela qualificação técnica e gestão competente dos dirigentes empresariais. Os três diretores que nos receberam nas visitas guiadas são formados em Enologia no Instituto Cerletti e os demais técnicos, que nos acompanharam, o foram em especialidades diversas em outras instituições de qualidade. O Diretor-Presidente da Distilleria Castagner fez questão de comunicar na preleção inicial que é ex-aluno do Instituto Cerletti e que sua formação na área foi vital para a organização de sua empresa há mais de 30 anos atrás. Essa formação técnica dos seus dirigentes e demais profissionais no ramo específico ou correlato do negócio é uma das características muito presente nas PMEs italianas. Esta integração entre instituições acadêmicas e setor produtivo não é tão comum nem bem desenvolvido entre os dirigentes das empresas brasileiras, embora tenhamos feitos progressos significativos neste campo nas últimas décadas. Certamente, o atraso na fundação das nossas escolas técnicas e da nossa universidade tem muito a ver com isto. Mas ainda, hoje, a educação básica, a formação profissional técnica e superior, a ciência, a tecnologia e inovação precisam ser mais valorizadas nos vários níveis governamentais e setores da nossa sociedade.

A segunda característica diz respeito à tecnologia usada pelas PMEs italianas e brasileiras. Pela nossa constatação com base nas três empresas visitadas, verifica-se que sua base tecnológica é moderna, automatizada e de processo contínuo. Seus equipamentos são atuais e bem conservados. Esta constatação vale, em geral, para outras pequenas e médias empresas italianas, segundo Corò (2004:582). Poucas PMEs brasileiras possuem esse nível elevado de tecnologia e um sistema produtivo completamente automatizado e de processo contínuo, como o observado. E, pelo que se conhece, o maquinário das nossas PMEs nem sempre é tão moderno quanto o das empresas italianas visitadas nem possui um nível

adequado de manutenção dos seus equipamentos como verificado. Isto, com raras exceções, lá e cá.

A terceira refere-se ao capital investido. Nenhum informante das empresas visitadas mencionou a quantidade de capital efetivamente investido. No entanto, o valor elevado de capital pode ser deduzido do tamanho e qualidade das suas instalações físicas, da moderna tecnologia usada na linha de produção e dos demais equipamentos que compõem sua infraestrutura; e das propriedades agrícolas e dos demais bens de apoio como o maquinário agrícola ou de transporte das empresas visitadas. A título de referência vale lembrar o valor do investimento de 20 milhões de euros feito pela Cooperativa na instalação de duas novas linhas automatizadas de engarrafamento de seus produtos comandados por dois robôs, embora este novo setor seja apenas uma parte do valor investido na sua infraestrutura produtiva. O constatado não é apenas apanágio das três empresas visitadas, mas estende-se às outras PMEs italianas sempre em grau variável e com suas diferenças regionais (Corò, 2004). Vindo ao Brasil, são poucas as PMEs que possuem o mesmo nível de capital investido expresso pela modernização, valor de seu maquinário e pela qualidade de sua infraestrutura produtiva. Além disso, o nosso mercado é mais limitado, o nível de poupança é mais baixo e o acesso a empréstimos é mais caro pelos juros cobrados e de obtenção, mais difícil. Nenhum desses fatores (entre outros) estimula um investimento de capital mais elevado dado o baixo retorno previsto (Brasil: 2005).

Como quarta característica, o número de operários contratados. Nas empresas italianas visitadas é baixo o número de operários registrados em carácter permanente. Alguns dirigentes fizeram menção à contratação de terceirizados para realização de atividades sazonais como a poda das parreiras e a colheita da uva, quando não mecanizada. Nas empresas visitadas, o pequeno número de contratados pode ser explicado pelo alto grau de automação de seu processo produtivo e, também, pelo elevado valor dos salários e dos encargos sociais pagos na Itália em comparação com os países do leste europeu ou com outros em desenvolvimento. No Brasil, o número de operários é utilizado pelo SEBRAE e pelo IBGE como critério para classificação do tamanho das empresas em micros, pequenas, médias e grandes. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são microempresas as que possuem até 9 empregados; nas pequenas, o número varia de 10 a 99; as médias possuem de 100 a 499; e grandes, acima de 500 empregados. O número de operários é um bom indicador

para analisar as nossas PMEs, mas não parece ser o mais adequado para se comparar as empresas italianas com as brasileiras pelas características analisadas e pela presença de outros indicadores como: qualidade da infraestrutura, tecnologia, capital, quantidade, valor da produção e outros, que as distanciam das nossas. O número maior de empregados nas PMEs brasileiras pode estar relacionado ao menor grau de seu capital intensivo (automação) e ao custo mais baixo dos salários e dos encargos sociais pagos no Brasil entre outros fatores.

A quinta refere-se à qualidade dos produtos fabricados. Na Itália, o nível de sofisticação e de qualidade de seus produtos industriais, bebidas, alimentos e de outros segmentos industriais e etc., é bem reconhecido em termos internacionais (Corò: 2004). Hoje, parcelas crescentes de turistas justificam sua opção por visitar a Itália pela qualidade de sua excelente gastronomia e serviços, ficando em segundo lugar sua riqueza e diversidade cultural. Os produtos industriais das pequenas e médias empresas brasileiras têm melhorado bastante, mas estão longe de atingir a qualidade dos produtos “made in Italy” em âmbito mundial.

A sexta característica diz respeito à qualidade do Marketing e do material usado para divulgação e comercialização dos produtos. O design, o marketing e os materiais italianos utilizados na divulgação e publicidade dos seus produtos são também de alta qualidade, reconhecidos internacionalmente (Corò, 2004:584). O Marketing e o material publicitário das PMEs brasileiras têm crescido e melhorado muito, mas estão longe de atingir o padrão dos produtos italianos (Brasil, 2005:63). Esta diferenciação de qualidade do marketing e da publicidade em favor dos produtos italianos vale também quando são comparados com o que se faz em outros países europeus, como Portugal e Espanha entre outros.

Como sétima, menciona-se a trilogia que caracteriza o desenvolvimento territorial e regional (Messina, 2019). Na Itália, a interconexão entre instituição de ensino, produtores rurais e indústria vem de longa data e é extremamente forte e tem sido um dos fatores de sucesso de suas PMEs, não apenas das três visitadas. Como foi demonstrado na segunda parte, a formação técnica das pessoas da região, a realização das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Cerletti tanto para o melhoramento genético das uvas quanto para o aperfeiçoamento da produção dos vinhos e a transferência desses conhecimentos para os produtores rurais e para as empresas visitadas, foram vitais para o melhoramento da qualidade dos vinhos e de outras bebidas italianas. Por isto, os vinhos italianos são equiparados aos produtos franceses e de outros países em quantidade e qualidade. E, em muitos produtos e aspectos, já os tem

superado. No Brasil, essa integração entre universidade, empresa e produtores rurais ou urbanos precisa desenvolver-se mais. Uma das razões históricas foi o nosso atraso na criação das escolas técnicas e de universidades de qualidade. Essa integração entre universidade, empresa e produtores tem aumentado no Brasil nas últimas décadas por iniciativas empreendidas pela EMPRAPA, instituições de ensino superior e institutos federais de ensino.

Nossa oitava característica comparativa refere-se ao mercado. As PMEs italianas são estimuladas a crescer por ter que atender três mercados grandes e muito exigentes, o interno, o europeu e o externo. O primeiro é formado pelo elevado poder aquisitivo e pela renda da sociedade italiana quando comparado com os níveis dos brasileiros e dos consumidores dos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, as PMEs italianas têm acesso sem barreiras alfandegárias ao maior mercado internacional do mundo, os países que formam a União Europeia. Isto lhe assegura, ainda, vantagens comparativas importantes no sentido da conquista de outros mercados sofisticados, como o americano, o asiático e o de outros países pela qualidade reconhecida de seus produtos. Desde o fim da segunda Guerra Mundial, a Itália, ao reconstruir-se internamente, optou por internacionalizar sua economia e empenhou-se diretamente na construção da União Europeia, o que lhe assegura vantagens competitivas incomensuráveis na atualidade (Corò, 2004:585 e 602 e Frieden, 2008). Vindo ao Brasil, as nossas PMEs dispõem de um mercado de menor tamanho e mais heterogêneo e seu crescimento é pouco estimulado porque o poder aquisitivo dos nossos assalariados é mais baixo e seu consumo é intermitente devido ao elevado número de desempregados e de trabalhadores informais. O mercado é disperso territorialmente e pouco integrado pelas distâncias continentais entre regiões. A infraestrutura viária é pouco desenvolvida e depende, excessivamente, da modalidade rodoviária de transporte de custo mais elevado que se reflete no preço final dos produtos. A recessão econômica, que se prolonga desde 2015, é outro fator inibidor de sua expansão. Quanto ao acesso das PMEs brasileiras ao mercado externo, pode-se considerar que esse vínculo é ainda embrionário porque, em geral, sua estrutura produtiva é pequena, o volume produzido é reduzido e poucas possuem vínculos permanentes com o exterior. Ultimamente, o governo brasileiro começou a preocupar-se com esta questão e vem desenvolvendo alguns programas de estímulo ao seu crescimento e à maior participação das PMEs na exportação de seus produtos.

Como nona, menciona-se a inovação de produtos e de processos. Esta é outra característica vital para o futuro dos países em face à globalização crescente da economia mundial. É um fator decisivo para que as empresas se mantenham competitivas no mercado interno e externo, o europeu e o global. A boa integração das PMES italianas com o mercado europeu e a fama internacional dos produtos “made in Italy” são bons indicadores de seu processo inovador e de seu bom nível de competitividade (Corò, 2004:581/605). As pequenas e médias empresas brasileiras não apresentam esse nível de inovação nem de produto nem de processo (Brasil, 2005:63/4). Como a participação delas no mercado exportador é embrionário, falta-lhes outro grande incentivo ao seu processo de inovação e à melhoria de sua competitividade. Como o grau de inovação é ainda baixo, elas enfrentam maiores dificuldades para crescer internamente e para competir no exterior com os produtos estrangeiros que lhes são similares.

Como décima característica vale mencionar o grau de valorização social e econômica da pequena propriedade agrícola. A Itália e os demais países da Europa, que viveram e sofreram os efeitos internos de desabastecimentos provocados por dezenas de guerras ao longo de sua história, sabem valorizar, como poucos, a produção e a autossuficiência alimentar de seus países e, por isto, apoiam seus agricultores, como produtores e cidadãos. O alimento é tratado como produto essencial e, por isto, sua produção tem tratamento diferenciado em termos de incentivos e redução de impostos. A agricultura italiana como a europeia passou por um grande processo de modernização produtiva no pós-guerra pela incorporação de novas tecnologias e de novos cultivares. Simultaneamente, ocorriam dois outros processos: a migração do campo para as cidades e a transferência de trabalhadores da agricultura para o setor industrial e de serviços no país e no exterior. Em 1950, por exemplo, cerca de 45% da força de trabalho italiana ainda se dedicava à agricultura. Em 1973, havia caído para 17% do seu total (Fieden, 2008:304). Hoje, essa proporção deve ser bem menor a despeito da existência de incentivos que estimulam a agricultura e a permanência das pessoas no campo. Por processos semelhantes de modernização e de migração passaram os demais países europeus de 1950 para cá.

A formação da União Europeia em suas várias etapas de construção foi outro fator fundamental para o desenvolvimento agrícola de seus respectivos países e de seus produtores. Entre essas iniciativas, merece destaque na década de 1970 a criação da Política Agrícola Comum, um sistema complexo de estímulo e de “proteção de sua agricultura mediante o

estabelecimento de incentivos, preços subsidiados e barreiras comerciais” (Fieden, 2008:309). Essa política, por sua vez, criou um mercado interno muito significativo vital para o crescimento de suas economias, especialmente para o setor agrícola. A título de referência, vale lembrar que 42% das exportações agrícolas francesas em 1952 eram destinadas às suas colônias e ex-colônias. Em 1973, o mercado colonial estava reduzido a 10% do seu total. Em compensação, 50% da produção agrícola francesa era consumida pelos países membros da CEE à época (Fieden, 2008:318). Até hoje, a agricultura da UE é um sistema bem moderno, mas altamente protegido, dificultando a entrada de qualquer outro concorrente internacional no seu mercado (Fieden, 2008:496). Isto tem sido um dos entraves para o avanço do acordo de livre comércio da UE com o MERCOSUL e com outros países emergentes.

No Brasil, a pequena propriedade agrícola não tem sido tão valorizada, historicamente, quanto a italiana. A nossa agricultura é diferenciada da Europa porque temos dois sistemas de produção: a grande e a pequena propriedade.

A grande propriedade é um setor moderno, avançado e mecanizado, inexistente na Europa. E assemelha-se ao modelo agrícola norte-americano pela sua organização, mecanização e produção. Nada tem a ver com latifúndio escravocrata e exportador do período colonial e imperial que permitiu nossa primeira vinculação ao mercado internacional (Weffort, 2012:208/9 e Schwarcz, 2019). Essa história começou a mudar durante o império com o término do tráfico negreiro, a aprovação da Lei de Terras em 1850 para viabilizar a imigração e a colonização do país e com o fim da escravidão em 1888. Por essa lei, todas as terras não distribuídas passavam a pertencer ao estado imperial e o acesso às novas áreas, as terras devolutas, seria feito apenas por aquisição, não mais por distribuição de sesmarias ou por outros tipos de concessões governamentais gratuitas. Com a proclamação da República, as terras devolutas foram transferidas da União para os estados que passaram a geri-las e vendê-las aos imigrantes e demais interessados. Grande parte da produção da grande propriedade destina-se à exportação e tem um sentido estratégico muito importante porque é responsável pelo equilíbrio de nossa balança de pagamento e por nosso superávit primário.

A pequena propriedade é voltada à produção de alimentos para o mercado interno aos moldes europeus. A nossa pequena propriedade cresceu com a imigração europeia e de outras nacionalidades a partir do final do século XIX, estimulada pelo governo brasileiro para substituir o trabalho escravo e para promover a colonização da região sul e de outras por

razões estratégicas e de desenvolvimento (Petrone, 1977 e Giroletti, 2018). Os processos de imigração e de colonização continuaram ao longo do século XX.. Esse setor sempre foi o principal responsável pelo abastecimento interno. Nas últimas décadas, a pequena produção passa por um processo de intensas mudanças, redução e crescimento. O setor perde espaço na região sul ou em áreas de colonização para a grande propriedade já que milhares de pequenos proprietários têm vendido ou alugado suas terras para grandes empresários rurais para o plantio de soja ou de outros cultivares destinados à exportação. Isto, em áreas já desmatadas, planas e aptas à mecanização agrícola. Ela resiste bem em áreas mais montanhosas onde a mecanização da lavoura não é viável e, por isto, essas terras são menos valorizadas e sua procura, menor.

Em outras regiões, a pequena propriedade não só se mantém como se expande nesse país continental, atendendo diversos nichos de mercado específicos. Em primeiro lugar, temos o desenvolvimento da agricultura orgânica e do setor hortigranjeiro que prospera ao redor das médias e grandes cidades. Em segundo lugar, destaca-se o cultivo especializado de determinados produtos, como: fumo, cacau e demais frutas cítricas, uvas, maçãs, coco, banana, mamão, açaí, castanhas e outras culturas em atendimento à demanda interna e externa (frutas mais exóticas). Em terceiro lugar, mantém-se bem em áreas dedicadas à pequena criação: aviários, piscicultura, suinocultura, caprinos e gado leiteiro. Por fim, vale mencionar o fortalecimento das pequenas propriedades agrícolas em todas as regiões brasileiras, estimuladas por uma política pública inovadora, o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE tem viabilizado a produção de alimentos por parte de pequenos agricultores familiares, visando o fornecimento de alimentos variados e de qualidade para a merenda escolar na totalidade dos municípios brasileiros (Priore e Venancio, 2010 e Caldeira, 2017).

Como décima primeira característica comparativa, menciona-se a diversidade produtiva das PMEs. O grande crescimento das PMEs italianas foi responsável pelo novo “boom” de desenvolvimento industrial, conhecido como “la Terza Italia” no final do século XX (Corò, 2004:547). Outra característica é sua grande diversidade produtiva no campo fabril. A produção italiana não se limita aos setores tradicionais, como: alimentos, bebidas, têxtil, confecções, calçados, ourivesaria, bens de construção e etc. Ela inclui outros mais modernos, como: produtos químicos, farmacêuticos, plásticos, energia, automotivo, maquinário, novas tecnologias etc. Infelizmente, não se encontram essa diversidade e modernidade entre as PMEs industriais brasileiras. Aqui, novamente, o nosso limitado

processo de desenvolvimento com seus problemas já conhecidos: o grau de qualificação de sua mão de obra, produtividade e de demanda interna baixas; investimentos reduzidos e poucos estímulos para seu crescimento interno e externo entre outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Por trás do desempenho diferenciado entre as PMEs italianas e brasileiras, há vários fatores causais que precisam ser mais bem explicitados. Em primeiro lugar, o tamanho e as características dos dois mercados parece ser o fator estrutural determinante dessa diferenciação. No pós-guerra, a Itália rejeitou o fascismo como modelo de desenvolvimento autárquico, ditatorial, colonialista, nacionalista e corporativista com expansionismo militar (Bobbio e Viroli 2002 e Frieden, 2008:232/3). Fez uma opção por um modelo de desenvolvimento que priorizou a internacionalização de sua economia pela sua participação na construção da União Europeia (Fontaine, 2010). Nesse processo contou com o Plano Marshall que foi fundamental à reconstrução da economia italiana, à construção da união europeia e como estratégia de contenção da expansão do comunismo no continente. Hoje, a UE é a maior economia e mercado do mundo. A soma do mercado interno italiano ao europeu e ao externo, que conquistou, tem sido fundamental ao seu desenvolvimento. Este é o principal fator a diferenciá-lo do desempenho das PMEs e do sistema econômico brasileiro em todos os sentidos. O Brasil, situado em outro contexto e continente, optou no pós-guerra pela continuidade do modelo de desenvolvimento por substituição de importações com relativo sucesso (Caldas, 1999, Baer, 2002, Bacha, Bolle, 2013 e Caldeira, 2017). Iniciou um processo de abertura de sua economia a partir da década 1990, mas não logrou os mesmos resultados.

No campo da reconstrução política, a Itália fez no pós-guerra uma opção por um regime republicano, liberal e democrático. Foi abolida a monarquia, proclamada a república e aprovada uma nova constituição com um regime presidencialista parlamentar, comprometido com os direitos humanos, a liberdade, a igualdade e a democracia. E, na sequência, foi eleito um novo governo empenhado na pacificação e na reconstrução do país, mantendo-se a estabilidade democrática ao longo do período. No Brasil, esta estabilidade política não se verificou. Com o término da segunda grande guerra mundial, tivemos o fim da ditadura

Vargas, a implantação de novo regime democrático de 1946 a 1964, uma ditadura militar de 1964 a 1985 e a volta ao regime democrático em 1985 sob a égide da Constituição Cidadã.

Além dessas, há uma terceira diferença que diz respeito ao funcionamento dos regimes políticos dos dois países. No sistema parlamentarista italiano, a instabilidade política governamental parece ser maior do que no sistema presidencialista brasileiro devido à maior rotatividade do seu governo. No presidencialismo, o mandato do presidente dura quatro anos e sua remoção só acontece por morte, renúncia ou impeachment. Pelo critério da mudança da cúpula governamental, o parlamentarismo italiano pareceria ser mais instável do que o presidencialismo brasileiro. Mas, no entanto, não é isto que acontece. Na Itália, ao cair o Primeiro Ministro, a mudança maior ocorre no comando dos ministérios e no segundo escalão, processando-se uma troca em torno de 100 a 120 governantes e funcionários. Por trás do governo parlamentarista há um corpo técnico competente aprovado em concurso público que garante a continuidade da administração e das políticas públicas que não são apenas governamentais, mas programas de Estado. No Brasil, a troca de um governo de um partido para outro não altera só o comando político dos ministérios, mas quase todo o segundo e terceiro escalão que compõe o corpo administrativo. Calcula-se que esse remanejamento abranja de cinco a seis mil funcionários e a maioria dos novos gestores é escolhida por indicação política nem sempre respeitadas as devidas competências para a sua nomeação ao novo cargo. Esta grande rotatividade tem causado uma grande descontinuidade na implantação das políticas públicas que não são de Estado, mas específicas de cada governo, gerando um grande desperdício de recursos públicos, baixa oferta e qualidade dos serviços prestados à população e, não raro, células geradoras de corrupção no Brasil, que continua endêmica. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha previsto a contratação de profissionais competentes por concursos públicos, a formação de uma elite governamental competente a serviço da população ainda não se efetivou nesses 30 anos de sua vigência. Nem os vários governos de centro e de esquerda optaram por implantar essa política de Estado, presumivelmente para não perder o poder que esta distribuição de benesses entre seus filiados partidários e apoiadores acarreta ao governante de plantão. Uma governança mais competente não é necessariamente um apanágio da maior duração do mandato do primeiro ministro ou do presidente num regime presidencialista. O mesmo drama vive-se, agora, com o atual governo com seus diferenciais específicos. Dos 20 ministros nove são militares com outra grande presença no segundo e terceiro escalão (Bragon e Mattoso, 2020 e Reis, 2020). É outro

exemplo de governo marcado pela descontinuidade e desconstrução das políticas públicas que vinham sendo implementadas em todas as áreas, especialmente nos campos da educação, saúde, ciência e tecnologia e meio ambiente. Ocorre, ainda, a inversão de prioridades: os investimentos nas forças armadas são maiores do que os destinados à educação, saúde, preservação ambiental e ciência e tecnologia.

Como quarto ponto, volta-se ao tema da integração entre instituições de ensino e sistema produtivo e ao papel das universidades italianas e brasileiras na promoção do desenvolvimento nacional. A CF/1988 define três missões para a Universidade – ensino, pesquisa e extensão. Com base nessa referência, a avaliação do docente tinha por base o desempenho nas três dimensões. No entanto, com a redefinição dos critérios de ascensão na carreira acadêmica no início do século XXI, o governo passou a dar maior peso à pesquisa como principal fator promocional dos professores das IFES. O ensino ficou em segundo plano e a extensão, em último lugar. No Brasil, é embrionária a integração entre universidade e empresa. Há inclusive uma resistência grande nas IES a essa integração porque a grande parte dos seus professores é contrária a essa política por achar que as universidades não podem servir ao capital. Isto, por convicção ideológica. Aqui, as atividades de extensão são mais voltadas à redução das desigualdades ou à promoção social de minorias excluídas, um trabalho de solidariedade da maior importância, mas insuficiente à promoção do desenvolvimento do país e à melhoria das condições de vida em caráter mais efetivo e permanente.

Na Itália, não se fala mais Extensão como a terceira missão da Universidade. Pode-se argumentar que isto não seja necessário porque lá a desigualdade social é menor do que no Brasil. Se não é mais a extensão, qual é a terceira missão da universidade italiana? Tomando-se como referência as orientações dos dirigentes e professores da UNIPD e os debates havidos durante o V Foro PYMES, a terceira missão da Universidade é promover a inovação e a transferência de tecnologia para as empresas, produtores e demais interessados. Há, também, um claro compromisso delas com o desenvolvimento do empreendedorismo e com a criação de novas empresas hospedadas ou não na universidade. A Itália e suas Universidades estão preocupadas e preparadas para enfrentar o avanço da globalização e da quarta revolução industrial (Schwab, 2016 e Towards a 2030 Vision on the Future of Universities in Europe, 2020), mantendo o país competitivo entre os mais desenvolvidos. Nos debates durante o V

PYMES, o grande mote, constantemente propalado, era: as empresas e as instituições que não inovam tendem a fechar e a desaparecer. Destino pré-defindo. Sem escapatória.

No que diz respeito à UNIPD, há uma decisão institucional que vem sendo implementada desde 2000 no sentido de promover a inovação, envolvendo todas as suas unidades, departamentos, professores e funcionários. A implementação dessa nova missão, já está inserida no seu estatuto interno. Todos estão sendo preparados e treinados para cumpri-la. O compromisso de seu corpo docente e de seus funcionários com um ensino, pesquisa de qualidade e com a inovação já vem dando resultados muito positivos: a UNIPD situa-se entre as melhores instituições universitárias italianas e concorre todos os anos para obter o primeiro lugar entre as demais. É esta visão de futuro que a orienta e a mobiliza para estar sempre se renovando e inovando. As universidades brasileiras, ao reduzirem a extensão à assistência social e ao manter sua resistência à sua integração com as empresas em busca da inovação, deixam de ser a vanguarda do nosso desenvolvimento, contribuindo para a manutenção de nossa dependência tecnológica externa. Dessa maneira, o nosso desenvolvimento continuará dependente da importação de novas tecnologias e nossa economia permanece limitada à exportação de commodities como, historicamente, tem acontecido.

Por fim, como pensar nosso futuro imediato nesse novo contexto da pandemia? Quais as chances efetivas de superação disponíveis pelos dois países? Pelo analisado e pelo que se conhece nesse momento, as chances italianas e brasileiras são bem diferenciadas. Ambos foram muito afetados pela pandemia e é grande seu impacto nas suas economias (De Mais, 2020 e Ginzburg, 2020). No entanto, quando se examinam os recursos disponíveis para sua superação, percebem-se que as chances de superação são mais favoráveis à Itália pelos recursos próprios de um país desenvolvido: bom governo, excelente infraestrutura, um sistema produtivo agrícola, industrial e de serviços multidiversificado, universidades e centros de pesquisa de excelente qualidade intelectual e formação profissional de alto nível e seu comprometimento com a inovação. Em termos de planejamento futuro, é preciso fazer referência especial às iniciativas realizadas por um governo central competente que soube evitar a propagação da pandemia por todo o país, adotando de medidas nacionais adequadas. Agora, atua proativamente na superação dos efeitos negativos do Covid-19 sobre sua economia: o governo italiano encomendou um plano de recuperação a uma equipe de notáveis que elaboraram IL PIANO COLAIO com duas centenas de sugestões concretas

divididas em 6 áreas principais que já está disponível para mobilização de todos - governos, instituições e cidadãos – no sentido de sua superação.

Além disso, a Itália pode, ainda, contar com o poderio da UE em todos os aspectos - econômico, financeiro, técnico-científico, social, político e cultural - para a superação da crise por meio de iniciativas que serão implementadas em cada país e no âmbito de todos os membros do estado federado. O Conselho Europeu, formado pelos governantes de 27 países membros, aprovou em 21/7/2020 um plano de recuperação econômica pós-coronavírus no valor de 1,8 trilhões de euros, o equivalente a 11 trilhões de reais, a serem investidos nos próximos sete anos. Só o plano de retomada, chamado de Nova Geração (NGEU) prevê investimentos de 750 bilhões de euros (R\$4,6 trilhões). Desse total, 390 bilhões de euros (R\$2,4 trilhões) serão concedidos aos países membros a fundo perdido e 360 bilhões de euros (R\$2,2 trilhões) como empréstimos a serem devolvidos em 30 anos com início previsto para 2028 (Pinto, 2020).

No Brasil, não há notícias de nenhum grande estudo encomendado pelo governo federal aos especialistas das nossas instituições universitárias e centros de pesquisa, visando preparar o país para a saída da crise e planejar o nosso desenvolvimento no pós-pandemia. Como é pouco provável que essa iniciativa parta do governo federal, teremos que confiar na mobilização de grupos e centros de pesquisas ligados à sociedade civil e às universidades para a realização desses estudos, vitais à nossa sobrevivência no presente e ao nosso desenvolvimento futuro. A pandemia escancarou as nossas desigualdades e fragilidades e a saída para superá-las não passa pelas propostas neoliberais (Judt, 2011 e Bauman e Bordoni, 2016) como o governo tem preconizado, mas pelo fortalecimento do estado, pelo “welfare state”, pelos direitos humanos e pela democracia.

REFERÊNCIAS

- Andersson, T. (1999). Nova Política Industrial; Objetivos, instrumentos e desempenho, in: desempenho, in: O Futuro da Indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI/Antônio Barros de Castro et al. Rio de Janeiro: Campus.
- Bacha, E. e Bolle, M. B. (Orgs.). (2013). O Futuro da Indústria no Brasil, Desindustrialização em Debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Baer, Werner. (2002). A Economia Brasileira. 2ª ed. São Paulo: Nobel.
- Bauman, Z. e Bordoni, C. (2016). Estado de Crise. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

- Bobbio, N. e Violi, M. (2002). *Diálogo em torno da República, Os grandes temas da Política e da Cidadania*, Trad. Política e da Cidadania, Trad. Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Brasil: o Estado de uma Nação. (2005). Fernando Rezende e Paulo Tafner (ed.). Rio de Janeiro: IPEA.
- Caldas, Ricardo. (1999). O Programa brasileiro de privatização: de Collor a Cardoso. In: *Anais da 2ª. Conferência Anglo-Brasileira de Negócios*, Org. e Ed. Domingos Giroletti, p.121-138.
- Caldeira, Jorge. (2017). *História da Riqueza no Brasil. Cinco Séculos de Pessoas, Costumes e Governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Carreras, A. (2002). Il XX secolo, tra rottura e prosperità, in: Vittorio, A. Di. (Coord.). *Dall’Espansione allo Sviluppo, Una Storia Economica D’Europa*, Torino: G. Giappichelli Editore.
- CGIA. (2019). “Il Commercio Estero Dell’agroalimentare”. *Revista Veneto Nordest*, no. 55, vol. 2, p. 109.
- Ciriaco, S. (2000). *La Rivoluzione Industriale, Dalla protoindustrializzazione alla produzione flessibile*. Milano: Bruno Mondadori Editori.
- Corò, G. (2004). I sistemi produttivi locali dagli anni Settanta al Duemila: tra crescita estensiva e percorsi per l’innovazione, In: Fontana, G.L. *L’industria vicentina dal Medioevo a oggi*. Vicenza, Centro Studi sull’impresa e sul Patrimonio Industriale e Camera di Commercio Industria Artigianato e Agricoltura di Vicenza, p.543-621.
- Declava, E., Lacaita, C. G. e Ventura, A. (A Cura). (1995). *Innovazzazione in Itália fra Otto e Novecento*. Milano: Franco Angeli.
- De Masi, Domenico. (2020). “As revelações do apocalipse”, *FSP*, 28/6/2020, B14/15.
- European Commission/CSES (2020). *Towards a 2030 Vision on the Future of Universities in Europe*, Policy Report, Luxembourg.
- Ferreira, J. e Delgado, L. A. Neves (Orgs.). (2003). *O Brasil Republicano, O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fontaine, Pascal. (2010). *A Europa em 12 lições*. CE/Direção Geral da Comunicação, Bruxelas.
- Giroletti, D.A. (2018). Rumo à Modernidade, in: Lopes, D. B. e Soares, M.M. *Sonhos e Labores, O Cinquentenário do Primeiro Departamento de Ciência Política no Brasil*, p. 279-314.
- Iglesias, F. (1993). *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Judt, Tony (2011). *O Mal Ronda a Terra, Um tratado sobre as insatisfações do Presente*, Trad. Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Magri, L. (2014). *O Alfaiate de Ulm, Uma possível história do Partido Comunista Italiano*. Trad. Silvia. De Bernardinis. São Paulo: Boitempo.
- Messina, P. (2019). *Innovazione Sociale e nuovo Welfare Territoriale*. *Revista Economia e Società Regionale*, ano XXXVII, no. 2, 2019, p. 9-14.
- Petrone, M.T.S. (1977). *Imigração*. In: Fausto, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, t.III.2.v.
- Piano Colao (2020): <https://www.idealista.it/news/finanza/economia/2020/06/10/140887-piano-colao-il-pdf-e-testo-integrale>
- Priore, M. Del e Venancio, R. (2010). *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

- Soares, M. S. A. (Coord.). (2002). Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES.
- Schwab, Klaus. (2016). A Quarta Revolução Industrial; Trad. Daniel M. Miranda. São Paulo: Edipro.
- Schwarcz, Lilia. (2019). Sobre o Autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras.
- Weffort, F. (2012). Espada, Cobiça e Fé - As origens do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Agradecimento

- Sou grato aos Professores Giovanni Luigi Fontana pelo convite de VP, Andrea Caracausi e Marco Bertilorenzi, Coordenadores do Projeto e aos demais participantes pela acolhida e pelo enriquecimento cultural, fruto de nossos seminários, reuniões e discussões com base na literatura pertinente.
- Sou grato ao Diretor do IILA, José Luis Rhi-Sausi, por ter confirmado minha participação no V Foro das PYMES e à Diretora, Giusi Zamana, da Pontes Entre Culturas – MG por minha indicação.

Observações:

- A política de cooperação do governo italiano com relação à América Latina por intermédio do IILA baseia-se em cinco áreas temáticas: Desenvolvimento Agrícola, Conservação e Restauro de Bens Culturais Latino-americanos, Apoio às PMEs, Emponderamento Feminino e Igualdade de Gênero e, por fim, Justiça e Segurança. Para outras informações, consultar: www.iila.org;
- O V FORO PYMES foi realizado em Pádova nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2019 e seus participantes eram lideranças empresariais, sociais e políticas latino-americanas;
- Nesse estudo comparativo, além de usar as referências dos nossos trabalhos de história e de economia italianos, foram usados dados de pesquisas anteriores e de nossas publicações sobre o processo de modernização econômica brasileira e as PMEs, bem como de outras dedicadas à formação do empresário industrial, desenvolvidas por este autor.